



**Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas**  
**Estado de Minas Gerais.**

CNPJ 01.602.009/0001-35

**PUBLICADO**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 069, DE 13 DE JUNHO DE 2023**

DATA 13 / 06 / 2023

ATRAVÉS MURAL PREFEITURA

MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

DE MINAS-MG.

**PUBLICADO**

DATA 25 / 08 / 23

ATRAVÉS MURAL CAMARA MUNICIPAL

DE BRASILÂNDIA DE MINAS - MG

*"Dispõe sobre descontos de créditos*

*tributários inscritos em dívida ativa e dá*

*outras providências".*

Assinatura

Assinatura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 86, inciso VII, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Município autorizado a conceder o parcelamento dos créditos tributários municipais inscritos em dívida ativa em até no máximo 05 (cinco) parcelas mensais iguais e sucessivas vencíveis no último dia de cada mês.

**§ Parágrafo Único.** O valor unitário de cada parcela não poderá ser inferior a R\$30,00 (trinta reais), não computada neste valor a taxa de serviço.

**Art. 2º** Fica autorizado a concessão de desconto de até 100% (cem por cento) dos juros, multa e atualização monetária aplicados sobre o valor principal da dívida ativa tributária.

**Art 3º** É vedada a concessão de desconto ou qualquer tipo de remissão ou isenção no valor do principal da dívida ativa, exceto em casos previstos em legislação específica.

**Art 4º** Para fazer jus ao desconto previsto nesta lei, o contribuinte ou seu responsável tributário deverá formalizar termo de opção junto ao setor de tributação no prazo de até 90 (noventa dias).

**Art 5º** Findo os prazos previstos nesta lei, os valores inscritos na dívida ativa serão cobrados de acordo com a Lei Municipal 579 de 13 de maio de 2019.

**Art. 6º** Será automaticamente cancelado o benefício fiscal decorrente de desconto concedido aos contribuintes que não efetuarem o pagamento de todas as parcelas nas datas do vencimento.

**Art. 7º** Na hipótese do art. 6º a dívida será convertida ao seu valor original, acrescido dos juros, multa e atualização inerente, deduzidos valores pagos pelo contribuinte.

**Art. 8º** O recebimento da guia ou boleto de pagamento terá efeito de notificação do débito para todos os fins legais e de direito.



**Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas**  
**Estado de Minas Gerais.**

CNPJ 01.602.009/0001-35

**Art. 9º** O pedido de parcelamento implica em confissão imediata e irretratável do débito e a expressa renúncia a qualquer recurso administrativo bem como da desistência dos já interpostos.

**Art 10.** Na hipótese de já haver ação judicial ajuizada por parte do contribuinte para fazer jus ao desconto e parcelamento de que trata esta lei deverá ser interposta desistência da ação sem prejuízo do pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios.

**Art.11.** Na hipótese do pagamento de débitos inscritos em dívida ativa com ação de cobrança já ajuizada pelo município, será acrescido ao seu montante as custas judiciais e os honorários advocatícios arbitrados na causa.

**Art.12.** É resguardado o direito do contribuinte notificado, no prazo de 30 (trinta) dias da expedição ou recebimento da primeira guia ou boleto de pagamento, apresentar reclamação quanto ao débito a ele imputado.

**Art. 13.** A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição dirigida ao órgão tributário, sendo obrigado à juntada de prova inequívoca a seu cargo ou de terceiro a que aproveite, conforme disposições do Código Tributário Municipal.

**Art. 14.** O Município poderá, nos termos do Código Tributário Municipal e Nacional e em função das exigências da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, tomar medidas judiciais e extrajudiciais para o recebimento dos débitos, se constatado atraso superior a trinta dias do vencimento das parcelas ou da decisão quanto a possíveis reclamações, na forma dos artigos 12 e 13 desta lei.

**Art 15.** Os casos omissos serão disciplinados por decreto, tomando-se por base os princípios gerais estabelecidos no Código Tributário Nacional e os ditames do código tributário municipal.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Brasilândia de Minas - MG, 13 de junho de 2023.

**OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ**  
Prefeito